



MENSAGEM AO PROJETO DE LEI N° 028/2025

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Queimada Nova/PI,

O presente Projeto de Lei visa promover a valorização profissional dos membros titulares do Conselho Tutelar do Município de Queimada Nova/PI, fixando o vencimento mensal em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e estabelecendo mecanismo moderno de reajuste anual automático, preservando o poder aquisitivo da remuneração e garantindo segurança jurídica e orçamentária.

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de assegurar a efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), exercendo funções fundamentais de proteção de direitos, atuação preventiva, atendimento de denúncias, acompanhamento de situações de risco, requisição de serviços públicos e articulação com órgãos do sistema de garantias de direitos.

O trabalho dos Conselheiros Tutelares exige dedicação contínua, preparo emocional, responsabilidade social e disponibilidade permanente, inclusive fora do horário regular, diante de situações emergenciais envolvendo crianças e adolescentes em vulnerabilidade. Trata-se de missão humanitária de alta relevância social e constitucional, que impacta diretamente a construção de uma sociedade mais justa, segura e protetiva.

Entretanto, apesar da magnitude de suas atribuições, os vencimentos atualmente percebidos pelos Conselheiros mostram-se desproporcionais à responsabilidade da função, incompatíveis com o aumento das demandas sociais e distantes do reconhecimento institucional que essa atividade merece.

Valorizar o Conselho Tutelar significa proteger a infância, fortalecer políticas públicas e defender o interesse coletivo, refletindo os princípios da dignidade da pessoa humana, da prioridade absoluta dos direitos infanto-juvenis e da eficiência administrativa.

A previsão de reajuste automático anual pelo mesmo índice percentual de reajuste do salário mínimo assegura racionalidade administrativa, elimina a necessidade de projetos repetitivos e preserva a recomposição salarial mínima obrigatória, sem vinculação direta ao salário mínimo, em estrita observância à Constituição Federal.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Vereadores a aprovação do presente Projeto de Lei, que representa medida justa, constitucional, socialmente necessária e alinhada ao compromisso permanente com a proteção integral da infância e juventude de Queimada Nova.

Cordialmente,

GILMAR MACEDO DE ANDRADE
Prefeito Municipal





PROJETO DE LEI Nº 028/2025, de 01 de dezembro de 2025.

Dispõe sobre a fixação do vencimento dos
Conselheiros Tutelares do Município de
Queimada Nova/PI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUEIMADA NOVA DO PIAUÍ, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) o vencimento mensal dos membros titulares do Conselho Tutelar do Município de Queimada Nova/PI.

Art. 2º O valor fixado no artigo anterior será reajustado anualmente, a partir de 1º de janeiro de cada exercício, aplicando-se o mesmo índice percentual utilizado pelo Governo Federal para o reajuste do salário mínimo nacional, incidindo sobre o valor vigente na data da atualização.

Art. 3º O reajuste previsto nesta Lei será concedido de forma automática, independentemente de nova autorização legislativa.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas na Lei Orçamentária Anual, podendo ser suplementadas caso necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Queimada Nova/PI, 01 de dezembro de 2025.

GILMAR MACEDO DE ANDRADE
Prefeito Municipal

